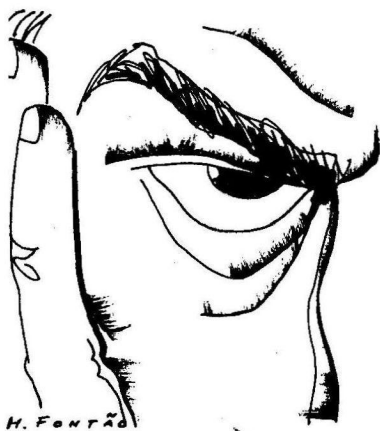


Divida Externa **Críticas nem sempre ingênuas**

É compreensível que aqueles que não conseguiram no passado chegar a um acordo com os bancos credores possam mostrar-se hoje críticos diante dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro com a comunidade financeira internacional. Algumas das críticas parecem-nos honestas, outras ingênuas, infundadas ou totalmente desonestas. Não se pode avaliar a questão sem comparar a atual situação do Brasil com as de outros países que, no momento do fechamento do acordo com os credores, já estavam muito mais adiantados nos seus programas de ajuste. Os críticos mais honestos são aqueles que reconhecem que os resultados obtidos pelo País foram os melhores possível diante das circunstâncias. Numa negociação difícil, em que ambas as partes têm algo a perder, não se pode imaginar que o consenso possa satisfazer plenamente os interessados. Cumpre admitir que nenhum país, nas condições em que se acha o Brasil — e não se pode esquecer o atual clima político —, conseguiu um acordo tão razoável com os seus credores. O que mostra, aliás, a confiança que se tem em logo podermos sair de situação tão desconfortável. Certos críticos, porém, evidenciam claramente a frustração daqueles que haviam afirmado que o Brasil somente fecharia o acordo com os bancos credores mediante total renúncia. Ocorre que o País aceitou o risco de uma negociação demorada para manter o que lhe parecia essencial: o efeito do acordo sobre a situação monetária interna. Não podendo negar que se trata de um bom acordo, limitam-se os inconformados a criticar um anterior (aliás fechado por um negociador ligado à antiga equipe), relativo ao pagamento à vista de uma parte substancial dos juros atrasados. Se o Brasil e a Argentina deviam US\$ 8 bilhões de atrasados, este país pagou somente US\$ 400 milhões e nós, US\$ 2 bilhões. Mas se esquecem de que a Argentina, embora muito mais adiantada do que nós no seu programa de ajuste, não

dispunha de reservas disponíveis, ao contrário do Brasil que, pagando mais, conseguiu assim reduzir o serviço da dívida pagando juros sobre juros...

Há críticos ingênuos que, manipulando suas máquinas de calcular, procuram demonstrar que se a Libor não aumentar, para uma das opções mais atrativas (bônus ao par) não teremos o desconto anunciado. Estamos nos aproveitando hoje de uma Libor baixa (e ótimo seria que assim permanecesse). O *Financial Times* apresentou crítica mais sutil, embora talvez excessivamente racional. Lembra com toda razão que o Brasil é, entre os grandes devedores, o único país que ainda não chegou ao seu programa de ajuste, do que resulta sua tão incômoda taxa de inflação. Partindo dessa justa verificação, chega o jornal à conclusão de que enfrentaremos sérias dificuldades com os organismos internacionais para obter os recursos necessários ao oferecimento de garantias aos credores. Temos outra visão: a definição do acordo com os bancos torna mais imperativa e também mais fácil a continuidade da política de ajuste. Por outro lado, o FMI e o Banco Mundial — conscientes da importância, para a comunidade financeira internacional, da conclusão do acordo — se mostrarão mais liberais do que se imagina na avaliação do desempenho da nossa economia, desde que continuemos marchando na boa direção.



ESTADO DE SÃO PAULO

14 JUL 1997